

O GRUPO ESCOLAR DEZENOVE DE DEZEMBRO: HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO.

PROF^a DR^a MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

O trabalho é referente a um estudo histórico-organizacional, tendo como foco central os primeiros anos de vida da instituição pública denominada, Grupo Escolar Dezenove de Dezembro, localizada na rua Desembargador Motta, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no período compreendido entre 1911, quando se deu sua criação, até o ano de 1930. O período corresponde ao da conjuntura política da Primeira República, que vai até 1930, quando ocorre o movimento revolucionário, liderado por Vargas, com objetivos de mudanças no quadro político, conhecido como “política dos governadores”.

A preocupação foi a de verificar como se deu a criação de grupos escolares, particularmente, no Paraná, por ser este tipo de organização escolar inovação naquele período. Neste final de século, educadores, estudiosos e autoridades responsáveis pela educação no Brasil têm procurado novas alternativas para tornar as escolas mais atraentes e o ensino mais eficiente, de acordo com o avanço acelerado da ciência e da tecnologia que coloca à disposição uma série de instrumentos que concorrem para uma educação mais moderna e qualificada, voltada às exigências de uma sociedade, inserida neste mundo globalizado. Embora, no início do século, não houvesse globalização e tampouco ciência e tecnologia avançada, como a humanidade dispõe, nestas últimas décadas deste século XX, havia porém a preocupação com a modernização da educação, tendo por modelo sistemas educacionais dos países da Europa e dos Estados Unidos. Apesar de nos parecer atualmente, pouco moderna a criação de grupos de escolas que deram origem aos famosos grupos escolares, na época deste estudo, esta modalidade de organização escolar, foi altamente inovadora, tanto no sentido de reunir, num mesmo prédio, várias crianças e professores sob a orientação e a administração de um professor que assumia a função de diretor, como também permitir a organização do ensino seriado, possibilitando ao professor maior dedicação ao ensino para crianças com o mesmo nível de aprendizado. Em razão dessa nova sistemática de organizar escolas foi possível introduzir o ensino em séries, compatibilizando ensino com nível de aprendizagem das crianças.

A criação de maior número de grupos escolares, no Paraná, deu-se, em 1911, em Curitiba, após a criação do primeiro grupo, em 1903, também na Capital, em caráter

experimental, com o nome de Grupo Escolar Dr. Xavier da Siva, tendo por modelo a estrutura de grupo escolar do Estado de São Paulo, cuja organização se espelhava nas instituições escolares dos Estados Unidos, da França, da Alemanha e de outros países da Europa. Dentre os estabelecimentos criados, em 1911, encontrava-se o Grupo Escolar Dezenove de Dezembro que, após a lei nº 5692/71, teve alterada sua denominação para Escola Estadual Dezenove de Dezembro Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo.

Como autora da pesquisa, justifico a escolha da instituição, como amostragem deste tipo de organização escolar, por ter sido nela, onde exercemos nossa atividade profissional, como professora e orientadora educacional, por vinte e sete (27) anos, razão pela qual tivemos a possibilidade de consultar as primeiras atas que se encontram arquivadas na Escola. Os documentos do Dezenove também nos chamaram à atenção, em razão de seu corpo docente, constituído por professoras normalistas pertencentes a famílias tradicionais de Curitiba, bem como por sua clientela, formada em parte, por crianças de famílias conceituadas na sociedade paranaense. Essa característica da comunidade escolar provavelmente se deva à localização da escola, nas proximidades de um dos bairros nobres de Curitiba, o Batel.

Além das atas escolares outros documentos foram levantados e consultados, como Mensagens de Presidentes do Estado, Relatórios de Secretários, Diretores, Inspetores e a legislação pertinente ao período. A documentação permitiu o conhecimento das bases que propiciaram a criação dos grupos escolares, em função da estrutura de ensino vigente, dos programas para o ensino primário e da composição do seu corpo docente. As atividades desenvolvidas pelos alunos foram possíveis de serem reconstruídas, com base nas informações extraídas das Mensagens e dos Relatórios de autoridades. O ponto central que norteou a pesquisa foi a reconstrução de parte da história da instituição, considerando as atividades desenvolvidas pela escola, com a participação de alunos e professores.

O contexto sócio-econômico, político e administrativo, no qual se desenrolaram os primeiros anos de vida da instituição, estava estruturado numa sociedade tradicional, remanescente do Império, proprietária de grandes domínios, que estendeu sua autoridade e influência às esferas do comando político e administrativo do Estado do Paraná.

O Paraná, dominado pelas oligarquias das famílias fazendeiras, em nada se diferenciou do sistema político oligárquico que concorreu em nível nacional. O sistema de dominação político-regional, inicialmente sob o comando dos políticos das antigas famílias, teve sua continuidade com seus descendentes e outros políticos provenientes de famílias tradicionais. A imigração, ocorrida no período Imperial, deu nova configuração à sociedade paranaense que contou, no início do período republicano, com a entrada de outros grupos de estrangeiros,

principalmente poloneses e ucranianos que se juntaram àqueles já estabelecidos, e, também, grupos de asiáticos, sírios-libaneses e, posteriormente, japoneses (BALHANA, In: EL-KHATIB, 1969, p. 182-4).

Além dos estrangeiros verificou-se, ainda, a entrada de elementos nacionais, paulistas e mineiros, à procura de terras propícias ao cultivo do café, localizadas no vale do rio Paranapanema, do rio das Cinzas e do Jataí (WESTPHALEN, 1968, p. 2). Esta ocupação continuou e estendeu-se até às margens do Tibagi, gerando a movimentação pela exploração da terra, que atraiu pessoas dedicadas a outros ramos de negócio e profissão, bem como trabalhadores à procura de emprego nas fazendas de café.

Em terras do sul e do sudoeste do Paraná, região limitada com o Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estabeleceu-se uma população cabocla de posseiros e agregados, vivendo da agricultura de subsistência, de forma miserável e dispersa na mata, conseguindo algum trabalho na extração da erva-mate e da madeira, esta última, explorada por companhias estrangeiras que acabavam por expulsar os sertanejos, contribuindo assim, para a desordenada povoação da região (WESTPHALEN. In: EL-KHATIB, 1969, p. 199). No final do século XIX e início do século XX, gaúchos começaram a se fixar na região, inclusive políticos procurando refúgio, na fase da Revolução Federalista, bem como bandoleiros e aventureiros, que fugiam à ação da justiça, por ser a região distante de qualquer controle das autoridades (PR. Mensagem do Presidente do Estado, 1920, p. 54). A colonização da região pelo Governo foi uma das fortes razões que provocou a migração de maior número de gaúchos e de descendentes de italianos e alemães, que se intensificou por ocasião dos movimentos nacionalistas, ocorridos na fase da Primeira Guerra Mundial, ocasionando a expulsão de famílias inteiras de alemães de terras gaúchas. Outro problema, gerador de conflitos na região, conhecida por Contestado, foi originado pela questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina que já se arrastava por muitos anos. Afinal, os limites foram decididos, em 1917, não sem antes haverem os dois Estados, enfrentado, internamente, a Guerra do Contestado.

Dessa maneira, constituíram-se três comunidades distintas e antagônicas no Paraná, todas porém, envolvidas com atividades ligadas ao trabalho da terra. Aquela original, representada pela sociedade tradicional paranaense, formada pelas famílias fazendeiras, que ocuparam a região do litoral, dos planaltos de Curitiba e Guarapuava. A comunidade ao norte do Estado, formada basicamente por paulistas e mineiros, dedicados ao cultivo do café, cuja produção, alguns anos mais tarde, tornou-se o sustentáculo da economia paranaense. A comunidade ao sul e ao sudoeste, formada, inicialmente, por uma população cabocla, logo

depois, de gaúchos e descendentes de italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul, que se dedicaram a uma agricultura diversificada.

Economicamente, a produção ervateira foi fonte de renda principal do Estado até os anos de 1915, seguida da madeira, sem a expressividade de produção da erva-mate. Foram esses produtos porém, que tiveram marcada importância, no período da Primeira República, tanto por sua rentabilidade como pelo envolvimento que os ligava às famílias de relevância social, das quais saíram os elementos que se ocuparam da política, assumindo os altos postos administrativos do Estado.

Política e administrativamente, os primeiros anos de República no Paraná foram marcados por grande instabilidade governamental, haja vista os sete governadores que se sucederam de 1889 a março de 1891. A alternância de governantes, a maior parte estranhos aos problemas paranaenses, concorreu para o clima de agitação e descontentamento dos republicanos históricos, de cujas mãos escapou o comando político do Estado.

No período em que se inicia este estudo, 1911, estava no poder, Francisco Xavier da Silva, eleito pela terceira vez à Presidência do Estado, para cumprir o quadriênio de 1908 a 1912. O restabelecimento das finanças do Estado foi sua maior preocupação, devido à precariedade de recursos que impediam, até mesmo, o pagamento do funcionalismo público. Conteve despesas e incentivou os setores de produção da erva-mate, da madeira, do café e da criação de suínos. Centralizou investimentos nas vias de comunicação, rodoviária e ferroviária, imprescindíveis ao escoamento da produção e à circulação de mercadorias (WACHOWICZ, 1984, p. 45-52).

Além dessas questões, destacou-se nesta administração os investimentos na educação, carente de recursos e necessitada de ampliação e modernização. Xavier da Silva deu impulso à nova modalidade de organização escolar, os grupos escolares, a exemplo da forma de organização escolar do Estado de São Paulo.

Ao situarmos a fase política em que se deu a criação do primeiro grupo escolar, deparamo-nos com a figura inconfundível de Xavier da Silva, eleito pela segunda vez à Presidência do Estado, para o mandato de 1900 a 1904. Como aconteceu na primeira e terceira gestões, Xavier da Silva voltou-se para os investimentos nas vias de comunicação, para interligar regiões, visou a recuperação econômico-financeira do Governo e, notadamente, canalizou recursos para a educação, objetivando suprir a falta de escolas em diversas localidades (EL-KHATIB, 1969, p. 208). Em sua gestão, em 1903, o Professor Dr. Victor Ferreira do Amaral, Diretor Geral da Instrução Pública, criou o Grupo Xavier da Silva, dando-lhe esse nome em homenagem a este Presidente e atendendo à sua política de reestruturação

das escolas. A criação do grupo, deveu-se à visita do Diretor a São Paulo, para conhecer a organização e o funcionamento dos grupos paulistas, que obtiveram bons resultados no ensino, naquele Estado e no Pará (PR. Relatório, 31 de dezembro de 1903, p. 6-7).

A aprovação do Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná, em 1903 (PR. Decreto nº 263, 1903, p. 92-102), tratava dos grupos e semi-grupos escolares, estabelecendo duas séries para o 1º e 2º graus do ensino primário. Na linha de reestruturação das escolas, o Grupo Xavier da Silva, contou com três escolas para cada sexo, das quais duas para a 1ª série do 1º grau, duas para a 2ª série do 1º grau e mais duas para as séries do 2º grau (PR. Decr. nº 263, 1903, p. 99, art. 59). A nova modalidade de escola abriu caminho para a criação de outras do gênero, em razão da necessidade de agrupar escolas de ensino primário num mesmo prédio, construído com determinado número de salas passíveis de abrigarem, cada uma delas, as crianças matriculadas naqueles estabelecimentos.

Dessa maneira, foram construídos prédios para grupos em Curitiba, Palmeira, Lapa, Ponta Grossa e Castro, e, posteriormente, em outras localidades (PR. Relatório, 31 de dezembro de 1906, p. 4). Apesar do esforço para remodelar o ensino, a prática mostrou-se inoperante às determinações do Regimento, fazendo-se necessária a aprovação de novo Regulamento. Os de 1907 e 1909, foram aprovados e revogados, permanecendo em vigor o antigo Regulamento de 1901 (PR. Decreto nº 93, 1901, p. 83-158), inadequado às necessidades de uma educação mais moderna. As escolas continuaram estruturadas na antiga divisão em classes, sob a responsabilidade de um só professor, embora muitas delas tivessem a denominação de grupo escolar. Somente, em 1914, foi baixada a Portaria nº 4, em 17 de janeiro, organizando o ensino seriado nos grupos escolares, cujos estudos ficaram divididos em quatro séries.

O Grupo Escolar Dezenove de Dezembro nasceu sob a tutela do Regulamento da Instrução Pública de 1901, sendo seu nome, em homenagem à data da emancipação política do Paraná da Província de São Paulo. Conforme consta no contrato com a empresa construtora, na época, o prédio localizou-se na rua Montevideo (PR. Relatório do Secretário de Estado, 1910, p.103-4), posteriormente denominada Desembargador Motta. A observância aos princípios de gratuidade e laicidade presentes no Regulamento, atendia as determinações da Constituição Estadual, sem referência à estruturação e ao funcionamento de grupo escolar. A expressão empregada era escola primária, com ensino dividido, em 1º e 2º graus. As turmas masculinas eram regidas por professores, enquanto as femininas, por professoras, embora elas pudessem também reger turmas mistas, com meninos até 10 anos de idade, ficando os mais velhos nas masculinas. O ano letivo iniciava em 16 de janeiro e finalizava em 30 de

novembro, não havendo aulas nos domingos, feriados por lei e nas quintas feiras que era folga semanal. No inverno, a carga horária de 5 horas diárias, era cumprida das 10:00 às 15:00 horas, e, no verão, das 9:00 às 14:00 horas, havendo em ambas intervalo para o almoço.

Pelo Regulamento de 1901, o currículo era constituído das seguintes disciplinas:

1º GRAU: leitura, recitação, caligrafia, aritmética das quatro operações, noções de geografia pátria e do Estado do Paraná, noções de desenho linear, composição, descrição elementar de cartas, objetos e assuntos de agronomia, princípios de moral, noções de economia doméstica e trabalhos de agulha para meninas (PR. Regulamento da Instrução Pública, 1901, p. 91).

Para o 2º GRAU, as matérias tratavam de assuntos mais aprofundados, incluindo:

história pátria e do Estado, literatura, redação, ginástica e costura e bordado para as meninas, sendo obrigatória leitura e explicação da Constituição Nacional e Estadual (PR. Regulamento ..., 1901, p. 91).

Em 1912, foi aprovada a Lei nº 1.236, em 2 de maio de 1914 (PR. Leis de 1912, 1913, p. 139), dividindo o ensino primário em infantil, elementar e complementar, este último sendo a nova designação do 2º grau, para ser criado pelo Governo quando necessário. Basicamente, os grupos teriam quatro séries, havendo um diretor que acumularia as funções com a de professor, formando com os demais a congregação do grupo que deliberaria sobre assuntos pedagógicos e financeiros do estabelecimento (PR. Leis de 1912, 1913, p. 144-7, arts. 55 a 60). Os registros nas Atas de Exames do Dezenove e aqueles do Relatório do Secretário de Estado indicam 1914 o ano do funcionamento do Grupo, com 4 professoras normalistas responsáveis pelas 4 séries, conforme o quadro abaixo:

Escola Dezenove de Dezembro – Professores e alunos - 1914

Professoras	Séries	Alunos		
		Masculino	Feminino	Total
Itacelina Teixeira Bittencourt – diretora	4ª	1	16	17
Rosa Sá Pereira de Souza	3ª	2	19	21
Maria Olympia de Paula	2ª	10	25	35
Alda Silva	1ª	12	35	47
TOTAL		25	95	120

FONTE: PR. Atas de Exames, 1914-1946. Livro nº 22, p.2-3 f/v. Arquivo Esc. Dez. Dezembro.

De 1914 a 1930 os índices de alunos no Dezenove apresentaram variações. De acordo com os documentos, constatamos que os índices de frequência sempre foram inferiores às matrículas, conforme consta no quadro a seguir:

Movimento de alunos do Grupo Escolar Dezenove de Dezembro-1914/1930.

Ano	Matrícula	Frequência	Alunos	
			Masculinos	Femininos
1914	-	120	25	95
1915	-	124	56	68
1916	-	130	76	54
1917	-	273
1918	-	-	-	-
1919	-	110	61	49
1920	-	238	122	116
1921	406
1922	442	259	117	142
1923	317	244	155	89
1924	216	183	105	78
1925	603	186	104	82
1926	413	189	85	104
1927	630	249	120	129
1928	-	195	90	105
1929	470	184	87	97
1930	114	110	38	72
TOTAL		2794	1241/ 49,2%	1280/ 50,8%

FONTE: PR. Atas de exames de 1914 a 1946. Livro nº 22, p.2-3 f./v. Escola Estadual Dezenove de Dezembro/Relatórios de Secretários, Diretores, Inspetores- 1914 a 1930.

Nos anos de 1914, 1915 e 1916 o corpo docente permaneceu numericamente inalterado. Após a aprovação do Código de Ensino de 1917 (PR. Código de Ensino, 1917, p. 9-91), o corpo docente foi ampliado para 7 professoras, em razão da oferta de dois turnos de aulas, um pela manhã e outro a tarde. Nos anos seguintes, o crescente número de turmas de uma mesma série exigiu a ampliação do quadro docente, em torno de 10 a 13 professoras, variando conforme o total de matrículas, até 1930. Os registros acusam, em 1921, o total de 406 matrículas, sem indicação das frequências, e, em 1922, o total de 442 matrículas para uma frequência de 259 alunos. Nos demais anos aparecem somente os registros de frequências que variaram entre 183 e 239 alunos (PR. Atas de exames, 1914-1946, Escola Estadual Dezenove de Dezembro; Relatórios de Secretários e Diretores da Instrução Pública, 1914-1930).

Outro dado que nos chamou atenção, nos documentos acima indicados, foi o da formação das professoras, todas normalistas, fato justificável, uma vez que o Código de Ensino de 1917 determinava este nível de formação, para professores em grupos escolares. Este Código e o anterior de 1915, ratificaram as medidas da Lei nº 1.236/14, estabelecendo a seriação do ensino e dois tipos de escolas, as simples que poderiam ser urbanas, suburbanas, rurais e ambulantes e as combinadas ou grupos escolares. Porém, em relação ao currículo, em 1917, foi aprovado o Decreto nº 420, que trazia o Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares a ser adotado, em todos os grupos escolares, no Estado.

O Programa, com base no currículo do Regulamento, dispunha sobre os conteúdos e os procedimentos de ensino a serem realizados em cada uma das séries, cada qual com seu programa específico e o desenvolvimento passo a passo, a ser cumprido mês a mês. Ainda constava o material que seria fornecido pelo Governo e aquele a ser organizado pelo professor, como por exemplo no caso da aritmética para o 1º ano, em que era previsto o emprego de bolinhas de vidro, botões, palitos, figuras etc., para tornar o ensino concreto, com base na realidade observável. As matérias, como eram denominadas as disciplinas, algumas estavam previstas no Regulamento e outras foram incorporadas, para serem ministradas, gradativamente, nos quatro anos que compunham o ensino primário. Eram elas:

aritmética, linguagem, leitura, caligrafia, geografia, história, geometria, ciências físicas e naturais, desenho, instrução moral e cívica, higiene, trabalhos manuais, ginástica e música (PR. Código de Ensino, 1917, 9-91).

De acordo com o Código de 1917, algumas inovações foram introduzidas nos Grupos, conforme o modelo paulista, como a não acumulação do cargo de diretor com a de professor, a modernização das mobílias, o controle sanitário e o exame médico mensal para as crianças. Em 1920, o Dezenove recebeu dotação de verba para sua remodelação, devido a estrutura defeituosa do prédio, que contava com salas de aulas interligadas, provocando o trânsito de alunos para outras dependências, além da disposição e do formato das salas, prejudicando a iluminação e a disposição das carteiras. Os quatro salões, originalmente construídos, foram divididos, passando o Grupo a contar com 8 salas de aula que lhe possibilitaria abrigar maior número de crianças, principalmente nas primeiras séries, cuja demanda era incentivada pelo Governo, em sua política de erradicação do analfabetismo. Tal política resultou na proposta de uniformização dos métodos de ensino, com o objetivo de se adequar diretrizes metodológicas aos conteúdos programáticos, evitando mudanças e alterações na parte teórica e prática das matérias. O trabalho desenvolvido pelos professores do Dezenove provocou o aumento das matrículas e das freqüências, ficando o Grupo entre os mais cotados do Estado, por sua matrícula elevada (PR. Relatório do Inspetor Geral do Ensino, 1921, p. 26).

Em 1922, em razão da afluência de maior número de crianças, o Grupo teve mais duas salas construídas, e, em 1925, passou a contar com mais 3, totalizando 13 salas de aula e demais dependências que ocasionou o aumento de zeladoras e de professores (PR. Relatório do Inspetor Geral do Ensino, 1925, p. 410). O crescente número de matrículas todavia, não correspondia às freqüências, numericamente mais reduzidas, e, tampouco, ao número de alunos aptos para exames finais. A evasão, as transferências, os ingressos de alunos no meio

do ano, alteravam o quadro discente do início ao fim do ano, apesar dos esforços, em torno da alfabetização, por parte da direção e dos professores.

Nos últimos anos da década de 1910 e na década de 1920, intelectuais brasileiros manifestavam-se pela valorização da cultura nacional, promovendo, em 1922, a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, com repercussões nas políticas educacionais, incentivadoras das campanhas de alfabetização. As autoridades ressaltavam a importância das comemorações nacionais, objetivando desenvolver a consciência moral e cívica entre crianças e jovens de estabelecimentos de ensino. Não somente na educação o movimento teve influências, mas também visou a defesa da economia e da produção brasileiras. Procurava-se despertar, na população em geral, o espírito de nacionalidade e de valorização pelas coisas do Brasil.

O período pós Primeira Guerra trouxe, como consequência, o avanço da medicina sanitária preventiva que resultou na implantação do controle sanitário e no atendimento médico nas escolas. Tais medidas, introduzidas em 1920, pelo Inspetor Geral, Professor Pietro Martinez, resultaram na inspeção médico-escolar tanto em relação a exames clínicos nos alunos, para detectar doenças infecto-contagiosas, anemias, miopias, verminoses, tratamento dentário e outras, como em vistorias, para verificar o estado de higiene e as deficiências na escola, que eram registradas e comunicadas à Inspetoria Geral (PR. Atas de Exames. Livro nº 22, p. 11v. Inspeção Médica). Neste fase, as campanhas de vacinação iniciaram-se no Estado e, nas escolas, ficaram elas sob os cuidados dos médicos. A preocupação com a higienização e a prevenção de doenças começava a ocupar espaço na sociedade brasileira. No Paraná, a mesma preocupação, fazia incluir, no programa oficial das escolas, instruções de higiene e cuidados dentários que, nem por isso, reduziam os casos de atendimentos médicos. Procurava-se garantir a saúde infantil, por meio de rigorosa inspeção médica, visando a manutenção da frequência e impedir a evasão escolar. Os resultados porém, não foram compensadores.

Apesar das campanhas, a evasão escolar foi constante nos primeiros 19 anos de vida da instituição, não conseguindo as autoridades, ao menos, manter o equilíbrio entre matrícula e frequência. A arrecadação da taxa escolar, prevista nos Regulamentos, visando tornar a escola mais atraente, foi insuficiente para as despesas com equipamentos e material escolar. Os recursos provinham, na maioria, da receita geral de impostos, já sobrecarregada com o pagamento de professores e funcionários. A falta de material, ainda assim, era alarmante, dizia Pietro Martinez, “...em quasi todas as escolas do Estado se sente a falta de material, inclusive as do quadro urbano da Capital” (PR. Relatório do Inspetor Geral, 1920, p. 18).

Os movimentos em prol da nacionalidade foram significativos neste período, haja vista as festividades cívicas escolares, incentivadas pelo Governo. O ponto alto foram as

comemorações da Independência do Brasil, com festivais infantis. Concursos de evoluções de ginástica foram realizados com crianças dos grupos da Capital, sob a orientação de oficiais da Força Militar do Estado, desde julho até 14 de setembro de 1922, quando se deu a apresentação final. Em Curitiba, a festa foi um grande acontecimento social, com a participação das famílias dos alunos, sendo notícia em jornais. O Dezenove, afinal, obteve o 2º lugar, nas evoluções, com suas 91 crianças, uniformizadas de branco (PR. Relatório do Inspetor Geral, 1922, p. 78). Outras festividades foram realizadas, externa e internamente, pelo Grupo, como as do Dia da Árvore, da Ave e as cívicas, em comemoração ao Descobrimento, à Bandeira, à Proclamação da República e outras, contando com a participação das crianças e de suas famílias (PR. Atas de Exames. Livro nº 22. p. 14v.-15f.). Essas e outras festividades fizeram do Dezenove, não somente mais uma casa de ensino, mas o local onde se ensinava o civismo, conforme o pensamento da época, e se incentivava o convívio social de sua comunidade.

O ensino público foi uma das preocupações das autoridades, atendendo o pensamento republicano quanto ao compromisso do Estado com a educação. A modernização do ensino, a exemplo dos países desenvolvidos, foi uma das metas das políticas dos governos. No Paraná, o modelo para o ensino primário, foi a estrutura e a organização do ensino paulista, porquanto as Reformas Federais, na Primeira República, priorizavam os ensinos secundário e superior, com exceção da Reforma Benjamin Constant. A dependência cultural e educacional do Paraná em relação a São Paulo, não foi particular ao período em estudo, estendendo-se aos períodos políticos posteriores. Também a economia cafeeira que se desenvolveu no Norte do Estado esteve, ainda durante anos, ligada a São Paulo. Em 1960, a construção da Rodovia do Café, ligou, afinal, Curitiba ao Norte, concretizando as ligações da região com a Capital.

No tocante ao ensino público, os grupos escolares foram a grande inovação na educação, na Primeira República. Apesar do desenvolvimento da educação no Paraná não ter sido tão promissor como faziam crer os discursos oficiais, a implantação da nova organização escolar beneficiou o governo, em termos econômicos, de controle e inspeção, apesar dos gastos com a construção de prédios maiores. Também favoreceu as crianças e os professores, devido à sua concentração num mesmo estabelecimento, possibilitando a implementação do ensino seriado e a criação do atendimento médico-escolar entre outras vantagens.

A administração pública paranaense teve pela frente diversos problemas de ordem econômica que inviabilizaram maiores empreendimentos na área da educação. Os problemas continuaram, em maior ou menor proporção, e ainda se encontram presentes na educação, neste final de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PARANÁ. Documentos Oficiais. Mensagens, Relatórios, Atas de Exames.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. ... Diretor Geral da Instrução Pública em 31 de Dezembro de 1903*. Curitiba: Typ. d'A República, 1904. 1 v.

CERQUEIRA, Arthur Pedreira de. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento José Lamenha Lins D.D. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo ... Diretor Geral da Instrução Pública em 31 de Dezembro de 1906*. (s.n.t.). 1 v.

SANTOS, Claudino Rogoberto Ferreira dos. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva Presidente do Estado em 31 de Dezembro de 1910 pelo ... Secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização*. Curitiba: Typ. D'A República, 1910. 169 p.

XAVIER, Luís Antônio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva Presidente do Estado em 31 de Dezembro de 1910 pelo Coronel ... Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública*. Curitiba: Typ. d'A República, 1911. 90 p.

SANTOS, Claudino Rogoberto Ferreira dos. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Presidente do Estado pelo Dr. ... Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de Dezembro de 1913*. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1914. 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Presidente do estado do Paraná pelo ... Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de Dezembro de 1914*. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1915. 30 p.

Portaria n. 4 de 17 de Janeiro de 1914. Instruções para reorganização das escolas públicas. Diretoria da Instrução Pública. In: MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. *Relatório apresentado ao cidadão Dr. Claudino Rogoberto F. dos Santos Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo ... Diretor Geral da Instrução Pública*. (s.n.t.) 86 p.

ATAS de Exames de 1914 a 1946. Livro n.22. Arquivo da Escola Estadual Dezenove de Dezembro Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo. Secretaria do Estado da Educação do Estado do Paraná. Curitiba, Paraná.

MARTINEZ, Cesar Pietro. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário Geral do estado pelo Professor ... Inspetor Geral do Ensino, 1920*. (s.l.): Typ. da Penitenciária do Ahú, s.d.1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo Professor ... Inspetor Geral do Ensino. 1921*. (s.l.): Typ. da Penitenciária do Ahú, s.d. 1 v.

COSTA, Lysimaco Ferreira da. *Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado do Paraná pelo Inspetor Geral do Ensino, Dr. ... 1925*. (s.n.t.). 1 v.

PARANÁ. Legislação Oficial. Leis, decretos, regulamentos etc.

Decreto n. 93 de 11 de Março de 1901. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1901*. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Ahú, (s.d.). 314 p.

Decreto n. 263 de 22 de Outubro de 1903. Regimento Interno das Escolas Públicas. *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1903*. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Ahú, (s.d.). 112 p.

Estado do Paraná. Leis de 1912. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1913. Lei n. 1236 de 02/05/1912.

Código de Ensino. *Estado do Paraná. Coleção de Decretos e Regulamentos de 1917*. Curitiba: Typ. d'A República, 1917. p. 9-91.

Estado do Paraná. Coleção de Decretos e Regulamentos de 1917. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1917. Decreto n. 420 de 19 de junho de 1917. Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares. p. 222-95.

Obras consultadas:

1. AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
2. CARONE, Edgar. *A República Velha*. II, Evolução Política (1889-1930). Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
3. EL-KHATIB, Faissal. org. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. 4 v.
4. MARQUES, Ennéas. *Generoso Marques*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1941.
5. OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889*. Curitiba: CEC/BPPR, 1986.
6. WACHOWICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da Brasil Railwis no Sul do Brasil. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, n. 42, p. 41-78, 1984.
7. WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Departamento de História, Curitiba, n. 7, 1968.

